

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº. , DE 2026.

(Do Sr Deputado Welter)

Requer aprovação de convite ao Sr. Márcio Fernando Elias Rosa, Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, para prestar esclarecimentos sobre a aprovação do direito antidumping definitivo sobre as importações de leite em pó da Argentina e do Uruguai e a posterior suspensão imediata de sua aplicação por interesse público.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com fundamento nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja convidado o Sr. Márcio Fernando Elias Rosa, Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, para prestar esclarecimentos acerca da decisão adotada na 237ª Reunião Ordinária do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex), que aprovou a aplicação de direito antidumping definitivo sobre as importações de leite em pó originárias da Argentina e do Uruguai, mas determinou a suspensão imediata da exigibilidade da medida em razão de interesse público, bem como sobre a instauração do respectivo processo de avaliação de interesse público, nos termos da Portaria Secex nº 282, de 2023.

JUSTIFICAÇÃO

Na 237ª Reunião Ordinária do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex), realizada em 28 de maio de 2026, foi aprovada a aplicação de direito antidumping definitivo sobre as importações brasileiras de leite em pó provenientes da Argentina e do Uruguai.

A decisão foi resultado de investigação conduzida pelo Departamento de Defesa Comercial (Decom), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que concluiu pela existência de prática de dumping nas exportações desses



produtos para o mercado brasileiro, bem como pela ocorrência de prejuízos à cadeia produtiva nacional.

Ao mesmo tempo em que aprovou a medida de defesa comercial, o Gecex deliberou pela suspensão cautelar de sua aplicação imediata, sob o fundamento da necessidade de realização de avaliação de interesse público, destinada a analisar possíveis impactos econômicos decorrentes da cobrança das tarifas.

A decisão despertou grande interesse e preocupação entre produtores rurais, cooperativas e entidades representativas do setor leiteiro, especialmente em razão da relevância econômica e social da atividade para milhares de famílias brasileiras. O setor acompanha com atenção os desdobramentos do processo e busca compreender os critérios que orientarão a análise de interesse público, os impactos considerados pelo Governo Federal e os prazos previstos para a conclusão dessa etapa.

Nesse contexto, é importante que esta Comissão possa debater o tema com o Ministério responsável pela condução da política de defesa comercial do País, promovendo o esclarecimento dos fundamentos da decisão adotada e dos próximos passos do processo administrativo em curso.

A audiência contribuirá para ampliar a transparência sobre a matéria e permitirá que os representantes da cadeia produtiva do leite tenham maior compreensão acerca das perspectivas para o setor, dos instrumentos de defesa comercial disponíveis e dos mecanismos utilizados pelo Governo Federal na avaliação do interesse público.

Diante da relevância do tema para a agropecuária brasileira, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2026.

Deputado WELTER
PT/PR

